

Leyla Perrone-Moisés. *Mutações da literatura no século XXI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. 296 p.

O novo livro da crítica paulista Leyla Perrone-Moisés pode ser lido por vários ângulos, mas por nenhum matiz deixará os leitores indiferentes a alguns de seus postulados. *Mutações da Literatura no Século XXI* desconforta e deve provocar inúmeras reações, principalmente no meio acadêmico, seja pela complexidade dos temas que ambiciona tratar, como os “fins” da literatura e o papel da arte literária na cultura contemporânea, ou pelo viés escolhido em sua abordagem da narrativa contemporânea. Neste sentido, a teórica corre riscos, e um deles, sem dúvida, é o de ser avaliada pelo que não escolheu, não disse, não pôde ou não quis investigar.

Ao lermos a proposta geral da obra, de imediato deparamos com alguns aspectos deveras problemáticos. A concentração da análise em certo número de autores contemporâneos com características bastante assemelhadas, em detrimento de outros, é um desses aspectos que logo nos chama a atenção, o que não seria exatamente um problema, visto que toda investigação teórica implica escolhas de determinados pontos de vista. Entretanto, tais escolhas permitem aflorar – pelo excesso, pela falta ou pelo esquecimento – uma série de reações sobre determinados posicionamentos ideológicos que na maioria das vezes ressoam no campo político.

A autora divide o livro em duas partes: “Mutações literárias e culturais” e “A narrativa contemporânea”, sucessivamente. Perrone-Moisés funda seu texto na ideia de literatura como processo, o que o sintagma “mutações” bem expressa no título da obra, e o faz pensando em temas como o ensino de literatura, o futuro da escrita artística e a grande variedade de práticas literárias em uma época de transformações cada vez mais aceleradas. Para isso, ela se volta à antiga pergunta sobre o que entendemos por literatura. Essa questão convoca os campos da análise histórica e da

crítica literária a guiar o debate teórico. Historicamente, Perrone-Moisés acentua o desprestígio da literatura após um suposto período de apogeu. Quanto aos estudos literários, a autora afirma que o campo perdeu sua “frágil especificidade”, o que ela tenta comprovar, embora de forma um tanto reducionista, pela emergência do politicamente correto que determina a “valorização de causas específicas de grupos” (Perrone-Moisés, 2016: 11). Ao afirmar que não há uma “essência imutável da literatura”, e por isso “não pode haver uma definição geral que lhe sirva” (Perrone-Moisés, 2016: 12), o tempo histórico dessas relações passa a ser determinante para a autora. Por isso, seu questionamento sobre quem determina o que é ou não relevante na valorização das obras faz-se necessário: seriam os críticos, o público, os leitores especializados, editores, vendedores de livros ou os formadores de opinião em geral os responsáveis pela definição hodierna do que o literário é?

Como se vê, Perrone-Moisés (2016: 13) precisa forçosamente enfatizar o local de sua fala e de que pressupostos ela parte para tratar de temas tão delicados e suscetíveis a reações bastante negativas, quando afirma que “a visão da literatura adotada neste livro é forçosamente parcial, nos dois sentidos do termo, pessoal e incompleta”. Sua escolha do *corpus* literário se concentra em obras publicadas a partir de 1990, mas tanto a invocação de parcialidade quanto o recorte, logo se verá, apenas acentuam as tensões provocadas pelas posições assumidas, ainda que a crítica proclame uma posição de disponibilidade para o debate e de modéstia, quando aponta os critérios para a seleção do material.

“O “fim da literatura”, primeiro capítulo do livro, historia o percurso crítico da palavra literatura a partir do século XVIII até a atualidade. Listando uma série de trabalhos teóricos que tomam o desencanto como um sentimento dominante, Perrone-Moisés (2016: 26) não deixa de acentuar, porém, que, a despeito dessa “literatura do adeus”, “a literatura atual, em suas variadas vertentes, mostra que o cadáver está bem vivo”. Não é outra sua conclusão, ao final de *Mutações*, ao tentar ratificar a vitalidade da literatura hoje: “O que garante a sobrevivência da literatura não é a sua defesa teórica, nem sua promoção por instituições e, ainda menos, o seu gerenciamento pela indústria cultural. É o desejo de escrever e o prazer de ler” (Perrone-Moisés, 2016: 265). Não obstante o apaziguamento das questões, a frase seguinte, na sequência, certamente não deixará os contendores da autora entorpecidos:

“A possibilidade de escrever e publicar nunca esteve ao alcance de tantas pessoas como em nossa época, e se isso inflaciona a quantidade de *escritos banais*, também aumenta a chance de aparecer, entre eles, *algo digno de nota*”. (Grifos nossos). Trata-se então de se perguntar: o que a autora entende por “escritos banais” e por que mecanismos uma obra se torna “algo digno de nota”? Quem comanda o destino das obras e com que autoridade fala por elas e pelo público que as lê? Como se organiza esse circuito de consagração?

O exame mais objetivo da questão do valor talvez esteja mais bem expresso na segunda parte do livro. Apoiada na prerrogativa da visão parcial adotada, a crítica avalia alguns escritores para ela representativos no capítulo 7 de *Mutações*, “A nova teoria do romance”. Aqui, ela lista uma série de autores que se equilibram no duplo papel de produzir narrativas e textos de crítica. São eles: Mário Vargas Llosa, Milan Kundera, J. M. Coetzee, David Lodge, Claude Simon, Carlos Fuentes, Orhan Pamuk, Susan Sontag e Jonathan Franzen. A lista parece eclética, mas logo se verá que seus participantes possuem um lugar bem guardado no chamado cânone contemporâneo. Pode-se apontar, à moda de certa vertente crítica atual, que, à exceção de Susan Sontag, a lista de Perrone-Moisés é formada por homens brancos, de classe média alta, e validados pelos circuitos de consagração – muitos, inclusive, laureados com o Prêmio Nobel. Em comum, embora todos esses autores assumam, em graus variados, um tom pessimista frente ao futuro da literatura, a maioria deles reconhece sua força diferencial como discurso singular e criador de novas percepções de mundo. Sobre essa questão, Perrone-Moisés recorre à posição de Susan Sontag, contrária à ideia de que hoje as formas abertas oriundas da informática, como o hipertexto, acabaram por tornar o romance caduco. Para Sontag, é justamente por esta diferença, que é a de ter uma forma, de ser finita e completa, que o romance possui um valor.

O elogio do gênero narrativo perpassa os ficcionistas-teóricos escolhidos pela autora. A crítica compartilha uma ideia de Jonathan Franzen, e que parece ser também compartilhada pelos demais autores, a de que a literatura é uma forma de preservação e conservação da linguagem. Mas a questão sobre quem conserva, a quem conserva e por que conserva não é respondida, pelo menos a contento. O posicionamento reticente desses escritores quanto à cultura do mercado e o otimismo de alguns quanto ao multiculturalismo são aspectos ressaltados em *Mutações*, questões que se

ressentem da leitura de um sem-número de autores, especialmente os chamados “periféricos”, inscritos naquele “panorama geral da produção literária contemporânea” de que Perrone-Moisés (2016: 13) informa não poder dar conta.

Também em relação às estratégias narrativas que Perrone-Moisés analisa como características da ficção contemporânea, podemos dizer que elas se distribuem no conjunto de obras e autores com quem a crítica melhor se identifica. Deste modo, metaficção, intertextualidade, autoficção, biografia, autobiografia, confissões e distopia ocupam boa parte das análises que ela coloca em debate.

A narrativa metaficcional e a questão da intertextualidade dão o tom do oitavo capítulo da obra. As dominantes autorreflexiva e intertextual recorrente nas narrativas de J. M. Coetzee, Bernardo Carvalho, Ricardo Lísias, Enrique Vila-Matas, Michel Houellebecq, dentre outros, fazem parte de um conjunto de estratégias recorrentes na ficção atual. Talvez falte a Perrone-Moisés uma compreensão mais ampla das relações entre o papel do escritor e sua autoficcionalização, e isso se deve certamente à extensão de suas propostas. A relação entre intelectual e mercado e suas ramificações, bem como o papel do escritor-intelectual no campo literário, de que fazem parte os circuitos de consagração e difusão de sua obra e de suas ideias, poderia render bem mais do que a simples constatação de que a inclusão do autor naquilo que ele ficcionaliza se diferencia da noção de autoficção, a qual se caracteriza pelo fato de o escritor atribuir a si próprio dados falsos, o que ele também faz em relação a outras personagens supostamente reais de que ele se vale em suas narrativas. Tal constatação é discutível, já que as características da autoficção não são estáveis, mas variam de autor a autor e seria preciso uma análise muito mais ampla deste universo ficcional, para além da restrita lista de Perrone-Moisés. A própria autora, ao avaliar o termo *autofiction* cunhado por Serge Doubrovsky em 1977, mostra que romances como *Le Fils* [*O Filho*] inundaram as prateleiras das livrarias nos anos 1980. Não eram diários, autobiografias nem confissões, mas continham todos esses elementos, embora sem buscar justificções e correspondências com uma suposta veracidade dos fatos. Como a autora bem lembra, a autoficção possui uma história e tradição bastante respeitáveis, bastando lembrar *Os Ensaíos*, de Michel de Montaigne e os escritos de Jean-Jacques Rousseau, dentre outros. Ressente-se o capítulo 12 da ausência de autores brasileiros,

como é o caso de Bernardo Carvalho, e que poderiam dar ao livro algumas diretrizes diferenciadas ao problema da autoficção e do lugar do autor nas narrativas hodiernas.

O mesmo ocorre com a questão da distopia. Falta ao livro de Perrone-Moisés uma reflexão teórica mais consistente acerca desta espécie narrativa ou, ao menos, um diálogo com uma bibliografia crítica e com alguns ficcionistas representativos que ficaram de fora do olhar da autora. Visto o sucesso desta modalidade no cinema e nas séries televisivas, com inúmeras adaptações de romances *best-sellers* no gênero, algumas exclusões são deveras significativas, como é o caso de Suzanne Collins, por exemplo, responsável por levar milhares de jovens adolescentes às livrarias e à leitura. Para quem aponta a degradação do ensino da literatura, desconhecer o apelo de leitura dessas obras pode confirmar algumas críticas a certo tipo de teoria que, em nome do combate ao “tsunami da indústria cultural”, acaba por defender o elitismo dos que afirmam, como o faz Perrone-Moisés, ser o leitor culto mais afeito à inclusão do que o fruidor descompromissado (2016: 33). Permeia essas conclusões a ideia de que sabemos quem é o receptor de uma obra, o que contraria inclusive algumas falas de Jacques Derrida, um dos pensadores com quem a crítica dialoga bem, de que toda escritura é uma assinatura à qual os leitores conferem uma contra-assinatura incerta, pois a escrita é endereçada a destinatários incertos. Portanto, o caráter mais ou menos inclusivo depende de cada receptor em particular, sejam eles cultos ou frívolos, e o peso conferido a uns e outros é sempre uma tentativa de favorecer certos postulados ideológicos com os quais se comunga. O perigo dessa prática será sempre transformar em verdade aquilo que a prática, por si só, já relativiza.

Finalmente, é preciso assinalar que as reflexões mais densas e mais polêmicas do livro de Perrone-Moisés se concentram em sua primeira parte, que ocupa apenas um terço da obra. Perrone-Moisés se vale de alguns “pensadores do século XXI que também são escritores de ficção”, como Hannah Arendt, Octavio Paz, Susan Sontag e Jonathan Franzen – muito embora Arendt e Paz tenham falecido no século passado – para acentuar a defesa de valores básicos da literatura, que eles defendem como:

o exercício da linguagem de modo livre e consciente; a criação de um mundo paralelo como desvendamento e crítica da realidade; a expressão de pensamentos e sentimentos que não são apenas individuais, mas reconhecíveis por outros homens como correspondentes mais exatos aos seus; a capacidade de formular

perguntas relevantes, sem a pretensão de possuir respostas definitivas (Perrone-Moisés, 2016: 35).

Curiosamente, tais conclusões da autora, devido a certo grau de impressionismo e vacuidade, podem ser, a rigor, aplicadas a qualquer coisa que se resolva chamar de literatura. Como definir objetivamente, por exemplo, o que é o livre exercício da linguagem, ou o que seja um pensamento individual reconhecível por outros homens sem considerar contextos, épocas, línguas, discursos e idioletos? Ou ainda, o que seria uma pergunta relevante diante de complexidades de mundo tão abissais? Esse parece ser o tendão de Aquiles do livro, pois tais definições são apresentadas e posteriormente deixadas de lado, não se pautando por uma reflexão consistente que lhes conceda alguma credibilidade. O próprio conceito de “fato literário”, do formalista russo Yúri Tynianov, a quem a autora recorre na abertura do capítulo 2, “A literatura na cultura contemporânea”, não faz muito pela defesa de uma preservação das “qualidades tradicionais” do objeto literário, especialmente quando o russo afirma que “as definições são apenas um resultado, modificado incessantemente pelo fato literário, E essas definições são cada vez mais difíceis de se dar” (Tynianov, Iouri. *Apud* Perrone-Moisés, 2016: 27).

Quando a crítica aponta “que são os escritores e não os teóricos que definem, em suas obras, as mutações da literatura” (Perrone-Moisés, 2016: 35), parece deixar no terreno das aporias o chamamento a Arendt, Paz, Franzen, Coetzee, Carvalho e tantos outros que ela lê, diga-se de passagem, com eficiência e rigor. Pois cada um desses escritores por ela avaliados, sendo alguns também pensadores, intelectuais a serviço do debate sobre o papel da literatura e da arte – como a própria Perrone-Moisés mostra – assume para si o papel de escritor-intelectual, cuja prática artística não se desassocia da criação ficcional. O escritor-intelectual pensa seu lugar no mundo em que vive, muitas vezes inserindo-se nas suas próprias narrativas, ou seja, ele ficcionaliza o mundo do mercado, da globalização e da diferença, ao mesmo tempo em que, como intelectual, não se furta a falar, por si e pelos que não possuem voz. E o faz através da prática da literatura.

Em todas as épocas, hoje, ontem e sempre, jamais houve nem haverá práticas dominantes que não tenham como contrapartida um sem-número de resistências a elas. Nos espaços de clausura também há mobilidade, resistência, oposição e não

apenas adesão. O sentido da preservação consiste, é verdade, em resistir à atração que nos impele ao futuro, mas temos consciência de que com isso o passado não desaparece, como magistralmente pensou Walter Benjamin, nas “Teses sobre o conceito de história”: a face do anjo de Paul Klee se volta ao passado, que ele vê como catástrofe e ruína, e embora o anjo queira juntar os fragmentos deste passado e acordar os mortos, uma tempestade o lança irrefreavelmente para o futuro.

Neste aspecto, o sentido da preservação que Perrone-Moisés vê nas práticas dos escritores contemporâneos só pode ser verdadeiro se considerarmos a cadeia de acontecimentos do passado, não como verdade, mas como aquilo que se pode vislumbrar em momentos de relampejo. A autora se abre generosamente a uma defesa da diferença e à recusa das questões de gosto, mas ao defender o papel da literatura como “um dos poucos exercícios de liberdade que ainda nos restam” destoa do que antes dissera em relação às conjecturas exageradas de Theodor W. Adorno e Max Horkheimer, desmentidos, em suas próprias palavras, “pelo uso que a sociedade fez das novas tecnologias” (Perrone-Moisés, 2016: 30). Se pudermos estimular a curiosidade dos alunos pela leitura de Dante Alighieri através do *game Dante’s Inferno*, com um ganho para a ampliação do conhecimento de mundo desse sujeito, o que nos impede também de perscrutar esse universo dos jogos eletrônicos, a partir de nossa experiência literária com a obra do italiano? São essas relações pouco resolvidas no texto de Perrone-Moisés que podem levar os leitores à demonização pura e simples do que ela sutilmente critica na sociedade do mercado e do consumo, sem que se avalie corretamente o alcance das práticas libertadoras, que não se restringem a essa ou aquela atividade tida em alta consideração. As coisas existem no mundo para que tenhamos a oportunidade de aprendê-las.

Mesmo com as inevitáveis polêmicas, *Mutações da Literatura no Século XXI*, de Leyla Perrone-Moisés, cumpre o importante papel de trazer ao debate questões contemporâneas acerca do fenômeno literário, sem se furtar a provocar paixões exacerbadas e reações acaloradas. As discussões que o livro por certo irá provocar já são formas de tentar acordar os mortos: nós, que nesses tempos sombrios, ainda acreditamos no papel da crítica e no poder da literatura de nos posicionar, com desconforto, em relação às crenças em verdades sagradas.

Paulo César S. Oliveira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro /CNPq